



I. REGÊNCIA LEGAL LEI FEDERAL 14.133/2021, DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DECRETO MUNICIPAL Nº 600/2025	
II. ÓRGÃO INTERESSADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,	
III. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. PRPE FMS 006-2025	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ➤ PRPE Nº FMS 006-2025
V. TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO POR LOTE	VI. REGIME DE EXECUÇÃO ➤ INDIRETA
VII. OBJETO Registro de preço para eventual e futuro aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vereda conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos	
VIII - LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES. Início recebimento das propostas: a partir 18/03/2025 Final de recebimento de proposta: 01/04/2025 até as 08:30h Início de Seção: 03/04/2025 às 14:00h LOCAL: www.bll.org.br plataforma eletrônica	
X VIGÊNCIA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	XI PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO NECESSÁRIO 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR ESTIMADO/PROPOSTA
XII LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES SOBRE ESTE EDITAL PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDA/BA, SALA DE LICITAÇÕES, DAS 08:00 H AS 12:00 H EM DIA ÚTIL OU ATRAVÉS DO E-MAIL: LICITACAOVEREDA@HOTMAIL.COM	
Pregoeiro responsável	
_____ Micaelle da Silva Miranda	

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº PRPE FMS 006-2025
Processo Administrativo nº PRPE FMS 006-2025
MUNICÍPIO DE VEREDA/BA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VEREDA E ESTE PREGOEIRO, DESIGNADO PELA Portaria 001/2025, LEVAM AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Início recebimento das propostas: a partir 18/03/2025

Final de recebimento de proposta: 01/04/2025 até as 08:30h

Início de Seção: 03/04/2025 às 14:00h

Local: sítio eletrônico <https://bll.org.br/>

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE

Modo de disputa: aberto

Impugnações e Esclarecimentos até às 00:00h de 28/03/2025 exclusivamente pela plataforma de pregão eletrônico.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Elaboração de Registro de preço para eventual e futura aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos para atender as necessidades da secretarias municipal de saúde de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO em lote, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

3.0101 – Fundo Municipal de Saúde

2031 – Manutenção das Ações da Fundo Municipal de Saúde

2059 - Manutenção do Programa Saúde da Família - SF

2092 - Manutenção das Ações da Atenção Primária em Saúde

2121 - Manutenção das Ações da Atenção Especializada em Saúde

33903000 – Material de Consumo

44905200 - Equipamento e Material Permanente

15001002-16210000-16003110-1600313016590000 – Fonte

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no sítio eletrônico <https://bll.org.br/> que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na plataforma eletrônica BLL, no sítio <https://bll.org.br/>;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma eletrônica BLL e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA PREGÃO ELETRÔNICO.

4.1. A participação nesta licitação é restrita às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) REGIONAL*, legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital. Consideram-se Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) aptos à participação no presente certame, aqueles que preenchem os requisitos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

*Ambito Regional - limites geográficos estabelecido conforme artigo I, inciso II do Decreto nº 602/2024 e pelo Governo Federal através do IBGE.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na plataforma eletrônica BLL.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. A plataforma BLL oportuniza o lançamento pré disputa dos documentos de habilitação, para maior facilidade dos licitantes, sendo facultativa o lançamento prévio dos documentos no sistema, conforme art. 63, II, da lei 14133/21, posto isto, sob pena de inabilitação, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação pelo arrematante do lote que tenha sido previamente anexada no Sistema Eletrônico (BLL) em campo específico, sendo aberto prazo de 01 (uma) hora, para juntada de documentos da aba "documentos complementares", caso seja solicitado.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7. A proposta de preço inicial deverá ser informada e anexada em campo específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (BLL), com observância as disposições do Termo de Referência, obrigatoriamente até a abertura do certame, sob pena de desclassificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 200,00 (duzentos reais).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 60 (sessenta) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 60 (sessenta) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances. Não aplicável.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no diário do município, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.29.2. Empresas brasileiras;
- 7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32. A empresa declarada provisionamente vencedora que não anexar na plataforma os itens 5.1 deste edital, será inabilitado e sofrerá as punições cabíveis na lei.

7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços em lote ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova

verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO SISTEMA, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1. Controladoria-geral da União – Certidão negativa correccional (EPAD, CGU-PJ, CEIS, CNPEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes sistema, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.10.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.10.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.10.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.10.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10.8. Alvara da Vigilância Sanitária

9.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.11.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na

forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, contendo Termos de Abertura, Termo de Encerramento, Diário, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Coeficientes de Análises e Certidão de Habilitação do Profissional Responsável comprovando a devida habilitação para o exercício da Profissão Contábil, todos já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.11.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.11.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.11.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.11.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.11.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11.6. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.11.7. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

9.11.8. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.12.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica,

fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu ou autenticação digital ou assinatura digital, acompanhado com a respectiva Nota Fiscal da prestação do serviço.

9.12.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

10.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preço e/ou contrato ou para retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de um dia útil, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou para retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.4. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente

estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

11. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU CONTRATO

11.1. O termo inicial de vigência será o da publicação do extrato da ata de registro de preços e terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 24 meses.

11.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites dispostos no art. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA:

12.1. As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas no regulamento.

12.2. No caso de cancelamento da ata, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade do produto no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação da ata.

12.3. Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.4. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor em lote em algarismos e por extenso.

13.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço em lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DOS RECURSOS.

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema. Será concedido o prazo de no mínimo 15 minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

14.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar

do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

16.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO.

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

22.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

22.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

22.5. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.5.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

23. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

23.1. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema <https://bll.org.br/>

23.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafos 1º, da Lei nº 14.133/2021.

23.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sistema sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

23.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

24.1. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á o extrato de contrato no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.12. A o órgão, poderá revogar este Pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.13. A anulação do Pregão Eletrônico induz à extinção do contrato.

24.13.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão Eletrônico, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://sai.io.org.br/ba/Vereda/site/editais> e <https://bll.org.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico e-mail licitacaovereda@hotmail.com, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

25. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Proposta de Preços

Anexo III – Modelo de Declaração de Sujeição às Condições Estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;



Município de Vereda | Estado da Bahia

Anexo IV – Modelo de Declaração do Porte da Empresa;
Anexo V – Modelo de Declaração nos Termos do Inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal;
Anexo VI – Modelo de Declaração de Idoneidade;
Anexo VII – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
Anexo VIII – Minuta da Ata;
Anexo IX – Minuta do Contrato;

Vereda/Ba, 14 de março de 2025

Manrick Gregorio Prates Teixeira
Prefeito Municipal de Vereda

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES

Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para Registro de Preços para a aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos, para atender as necessidades da Secretarias Municipal de Saúde do Município de Vereda/Ba, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares realizados com a finalidade de atender apenas demandas extraordinárias

2. DO OBJETO

Registro de preço para eventual e futuro aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos para atender as necessidades da secretarias municipal de saúde de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição dos medicamentos, materiais médico hospitalares e odontológicos são para atender as necessidades do município de Vereda, através de solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, em atendimentos as demandas das Unidades de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento. Uma vez que, esses atendimentos são de maneira continua aos usuários e pacientes atendidos pelo Sistema Unico de Saúde - SUS. Sendo, a aquisição dos matérias e equipamentos de extrema necessidade e importância, para manter os atendimentos diários, visto que a saúde é direito de todos e dever do estado, se tornando o bem mais importante e precioso. Conforme dispõe na nossa Constituição Federal de 1988 no seu artigo 196:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

3.2. Percebe-se, portanto, que o Estado tem o poder-dever de garantir o abastecimento de todos os materiais médico-hospitalares e equipamentos necessários nas Unidades de Saúde, Pronto Atendimento e Hospitais de médio e grande porte. No mesmo compasso, entendemos que o material médico-hospitalares é um suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento e nos procedimentos cirúrgicos o que afetaria a qualidade de vida do usuário e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde de forma ampla.

3.3. A Secretaria de Saúde recebe diariamente em sua unidade um significativo número de pacientes, e é fundamental garantir o atendimento adequado aos mesmos. Os materiais e insumos são essenciais para atendimento da população;

3.4. Sendo assim, essa aquisição é de suma importância, pois o quantitativo de pacientes que necessitam de medicação, bem como a importância de que se tenha estoque necessário na unidade esteja abastecida com uma variedade de insumos e materiais essenciais, justifica a necessidade da aquisição dos materiais e insumos, visto que estes são necessários para atender as necessidades da comunidade e proporcionar um serviço de qualidade e humanizado.

3.5. Buscando sempre a melhoria contínua e a qualidade dos serviços prestados por este Município, torna-se necessária a contratação de empresa para fornecimento de material hospitalar, material odontológico e medicamentos;

3.7. A presente proposição para a aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos, visa abastecer o Fundo Municipal de Saúde de Vereda/Ba, proporcionando assim a continuidade e a ampliação na prestação dos serviços públicos, e garantindo a segurança dos usuários e o atendimento aos demais serviços essenciais do Município de Vereda/Ba;

3.8. A quantidade estimada, esta justificada de acordo com a média de consumo do Município de Vereda.

3.9. A presente licitação será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 600/2024, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio de pregão.

Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

3.10. A realização de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de preços faz-se necessária em razão da impossibilidade de se definir previamente quantitativo a ser demandado pela Administração e da necessidade de contratações frequentes, com previsão de entregas parceladas.

3.11. Por fim, é importante ressaltar que o parcelamento do fornecimento é devido a indisponibilidade de armazenamento nas instalações dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como pela perecibilidade do objeto.

3.12. A contratação deverá ocorrer por meio de procedimento licitatório de ampla concorrência e publicidade, em obediência a lei de licitações 14.133/21.

3.13. A presente aquisição deverá ser feita de forma fracionada de acordo com a demanda de cada secretaria.

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA

4.1. Os quantitativos pretendidos para a aquisição estão expressos no ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA.

4.1. No que versa sobre os quantitativos, estimou-se com base em estudos na elaboração da demanda necessária, tendo como referência o exercício anterior, bem como obedecendo uma margem de segurança dos estoques, para evitar o desabastecimento dos materiais considerados essenciais para as atividades administrativas até conclusão de Processo/Pregão Eletrônico para aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos, razão pela qual é necessária e imprescindível a abertura da presente demanda.

4.2. Garantir que todo o objeto adquirido seja em conformidade com as especificações exigidas:

Lote 01 - Gotas, comprimidos e suspensão

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01	Aceclofenaco 100 mg	comp	1.000	2,08	2.080,00
02	Acetilcisteína 40mg/ml xarope 120 ml	frasco	500	7,72	3.860,00
03	Aciclovir 200 mg	comp	1.000	0,66	660,00
04	Ácido acetilsalicílico 100 mg	comp	10.000	0,20	2.000,00
05	Ácido fólico 5 mg	comp	1.000	0,15	150,00
06	Água Oxigenada 10% 1 litro	frasco	30	10,15	304,50
07	Albendazol 400 mg	comp	5.000	0,96	4.800,00
08	Albendazol oral 40mg/ml 10 ml	frasco	2.500	1,86	4.650,00
09	Alprazolam 25mg	comp	2.000	0,28	560,00
10	Alprazolam 2 mg	comp	3.000	0,22	660,00
11	Ambroxol 15mg/ml xarope 120 ml	frasco	500	4,45	2.225,00
12	Ambroxol 30mg/5ml xarope 120 ml	frasco	500	4,97	2.485,00
13	Amitriptilina 25 mg	comp	15.000	0,21	3.150,00
14	Amoxicilina + clavulanato de potássio 250 mg/ml 75 ml	frasco	100	34,59	3.459,00
15	Amoxicilina + clavulanato de potássio cps (500 mg + 125 mg)	comp	500	3,58	1.790,00
16	Amoxicilina 250mg/5ml 150 ml	frasco	500	9,03	4.515,00
17	Amoxicilina 500 mg	comp	5.000	0,30	1.500,00
18	Anlodipino 5 mg	comp	50.000	0,10	5.000,00
19	Ansítec 10 mg - cloridrato de bupiriona	comp	2.000	2,73	5.460,00
20	Ansítec 05 mg - cloridrato de bupiriona	comp	2.000	1,43	2.860,00
21	Aripiprazol 10 mg	comp	3.000	0,55	1.650,00
22	Aripiprazol 15 mg	comp	1.000	1,49	1.490,00
23	Atenolol 25 mg	comp	30.000	0,11	3.300,00
24	Atenolol 50 mg	comp	15.000	0,17	2.550,00
25	Atrovent 0,25mg/ml 20 ml	frasco	60	2,33	139,80
26	Azitromicina 500 mg	comp	2.000	1,59	3.180,00
27	Baclofeno 10 mg	comp	3.000	0,44	1.320,00
28	Betaistina, dicloridrato 24 mg	comp	200	0,45	90,00
29	Bimatoprost 0,01% com 5 ml	frasco	100	82,97	8.297,00
30	Biperideno 2 mg	comp	5.000	0,43	2.150,00
31	Bissulfato de clopidogrel 75 mg	comp	5.000	0,57	2.850,00
32	Bombinha Aerolin 100mcg/dose - sulfato de Salbutamol 200 doses	frasco	40	30,20	1.208,00
33	Brometo de tiotrópio monoidratado 2,5 mcg 4 ml	frasco	100	437,24	43.724,00
34	Brometo de umeclidínio + trifenatato de vilanterol 62,5/25 mcg 30 doses	frasco	50	353,33	17.666,50
35	Bromoprida 10 mg	comp	10.000	0,31	3.100,00
36	Bupropiona 150 mg	comp	2.500	0,84	2.100,00

Município de Vereda | Estado da Bahia

37	Captopril 25 mg	comp	30.000	0,06	1.800,00
38	Carbonato de cálcio 1.250 mg (500mg)	comp	10.000	0,06	600,00
39	Carvão ativado em pó 1 kg	frasco	3	95,55	286,65
40	Carvedilol 12,5 mg	comp	3.000	0,11	330,00
41	Carvedilol 25 mg	comp	3.000	0,39	1.170,00
42	Carvedilol 3,125 mg	comp	3.000	0,15	450,00
43	Carvedilol 6,25 mg	comp	3.000	0,11	330,00
44	Cefalexina 500 mg	comp	10.000	0,85	8.500,00
45	Cefalexina suspensão (250 mg/5 ml) 100 ml	frasco	1.000	14,30	14.300,00
46	Cetoprofeno 150 mg	comp	1.500	1,30	1.950,00
47	Cimecort creme 30 g	tubo	1.000	4,08	4.080,00
48	Cinazina 75 mg	comp	3.000	0,66	1.980,00
49	Ciprofibrato 100 mg	comp	3.000	0,35	1.050,00
50	Citalopram 20 mg	comp	4.000	0,19	760,00
51	Clonazepam 2 mg	comp	10.000	0,06	600,00
52	Clopidogrel 75 mg	comp	1.000	0,57	570,00
53	Cloridrato de amiodarona 200 mg	comp	3.000	0,58	1.740,00
54	Cloridrato de dorzolamida + maleato de timolol 20mg+5mg 5 ml	frasco	100	22,72	2.272,00
55	Cloridrato de hidroxizina 100 ml	frasco	3.000	0,87	2.610,00
56	Cloridrato de metformina xr 500 mg	comp	30.000	0,20	6.000,00
57	Cloridrato de propafenona 300 mg	comp	2.000	0,71	1.420,00
58	Clorpromazina 25 mg	comp	3.000	0,44	1.320,00
59	Clortalidona 50 mg	comp	2.000	0,35	700,00
60	Codeína 30 mg	comp	3.000	1,43	4.290,00
61	Colágeno não hidrolisado, colágeno tipo II, vitaminas C e D	comp	2.000	3,29	6.580,00
62	Colecalciferol 1000ui	comp	5.000	0,80	4.000,00
63	Colírio anestésico 10mg/mL + 1mg/mL, 10 ml	frasco	15	19,13	286,95
64	Combiron fólico ou ácido fólico 5mg + ferro quelato glicinato 150 mg	comp	1.000	1,55	1.550,00
65	Depakote ER 500 mg	comp	1.500	3,53	5.295,00
66	Dersani com alginato 30 g	tubo	100	53,02	5.302,00
67	Dexametasona creme 10 g	bisnag	1.000	2,10	2.100,00
68	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml solução oral 120 ml	frasco	250	7,60	1.900,00
69	Dexclorfeniramina 2 mg	comp	5.000	0,05	250,00
70	Dextrotartarato de brimonidina 1,5 mg sol oft 5 ml	frasco	100	26,64	2.664,00
71	Diclofenaco Sódico 50 mg	comp	10.000	0,05	500,00
72	Digoxina 0,25 mg	comp	5.000	0,31	1.550,00
73	Diosmina + hesperidina 450 mg + 50 mg	comp	2.000	0,62	1.240,00
74	Diosmina 1000 mg	comp	300	4,32	1.296,00
75	Dipirona 500 mg	comp	40.000	0,19	7.600,00
76	Dipirona solução oral 500 mg	frasco	2.500	1,70	4.250,00
77	Dipropionato de betametasona + fosfato de sódio 5 mg/ml	frasco	2.000	4,22	8.440,00
78	Divalproato de sódio 500 mg	comp	500	1,61	805,00
79	Domperidona 10 mg	comp	3.000	0,12	360,00
80	Empagliflozina 10 mg	comp	600	7,45	4.470,00
81	Empagliflozina 25 mg	comp	600	10,72	6.432,00
82	Enalapril 10 mg	comp	10.000	0,04	400,00
83	Enalapril 5 mg	comp	10.000	0,09	900,00
84	Enoxaparina sódica 40 mg/ml	frasco	250	16,09	4.022,50
85	Epidrat calm ou hidratante creme (ureia, lactato de amônio) 60 g	tubo	100	31,60	3.160,00
86	Escitalopram 10 mg	comp	10.000	0,19	1.900,00
87	Esomeprazol magnésio 40 mg	comp	2.500	1,49	3.725,00
88	Espironolactona 25 mg	comp	5.000	0,42	2.100,00
89	Eter 1L	frasco	5	61,34	306,70
90	Fluconazol 150 mg	comp	5.000	0,53	2.650,00
91	Fluoxetina 20 mg	comp	15.000	0,15	2.250,00
92	Formol 1L	frasco	5	16,25	81,25
93	Formoterol + budesonida 12+400 mcg	comp	1.000	1,49	1.490,00
94	Frisium 20mg	comp	3.000	1,04	3.120,00
95	Furoato de fluticasona + vilanterol 100+25 mcg	comp	50	345,55	17.277,50
96	Furosemida 40 mg	comp	30.000	0,11	3.300,00
97	Glibenclamida 5 mg	comp	30.000	0,05	1.500,00
98	Gliclazida 30 mg	comp	30.000	0,36	10.800,00
99	Gliclazida liberação modificada 60mg	comp	3.000	0,37	1.110,00
100	Haldol 1 mg	comp	30.000	0,25	7.500,00
101	Haldol 5 mg	comp	30.000	2,98	89.400,00

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

102	Hemitartarato de zolpidem 10mg	comp	5.000	0,19	950,00
103	Hidroclorotiazida 25 mg	comp	40.000	0,04	1.600,00
104	Hidrosmina 200 mg	comp	1.000	1,33	1.330,00
105	Hidroxyclorequina 400 mg	comp	500	1,72	860,00
106	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/ml suspensão	frasco	1.000	2,94	2.940,00
107	Hidróxido de alumínio suspensão oral 240 ml	frasco	1.000	11,09	11.090,00
108	Ibuprofeno 100 mg gotas	frasco	3.000	2,90	8.700,00
109	Ibuprofeno 600 mg	comp	15.000	0,16	2.400,00
110	Indapamida 1,5 mg	comp	2.000	0,22	440,00
111	Insulina asparte 100 ui/ml	frasco	50	60,35	3.017,50
112	Insulina degludeca 100 ui/ml	frasco	50	127,76	6.388,00
113	Insulina glargina 300 ui/ml	frasco	50	66,67	3.333,50
114	Insulina lispro 100 ui/ml	frasco	50	53,50	2.675,00
115	Isordil 5 mg	comp	5.000	0,42	2.100,00
116	Ivermectina 6 mg	comp	10.000	0,73	7.300,00
117	Jardiance 25 mg	comp	3.000	8,09	24.270,00
118	Keppra 250 mg	comp	4.000	2,69	10.760,00
119	Kollagenase 30 g pomada	bisnag	500	21,55	10.775,00
120	Lacosamida 100 mg	comp	3.000	4,51	13.530,00
121	Lansoprazol + claritromicina + amoxicilina 30+500+50mg	comp	500	1,72	860,00
122	Leite em pó fortificado, lata com 400 g	un	250	17,74	4.435,00
123	Leite em pó Pregomin Pepti, lata com 400 g	un	250	192,45	48.112,50
124	Leite pediasure, lata com 400 g	un	50	67,98	3.399,00
125	Leucogen, timomodulina 80 mg	comp	1.000	3,41	3.410,00
126	Levantodipino besilato 2,5 mg	comp	1.000	1,08	1.080,00
127	Levodopa + benserazida 200/50 mg	comp	3.000	2,54	7.620,00
128	Lidocaina gel 30 g	bisnag	1.000	6,77	6.770,00
129	Loratadina 1 mg/ml xarope 100 ml	frasco	500	4,69	2.345,00
130	Loratadina 10 mg	comp	5.000	0,09	450,00
131	Losartana potássica 50 mg	comp	60.000	0,04	2.400,00
132	Lubrificante íntimo à base de água 50 g	bisnag	100	31,00	3.100,00
133	Maleato de timolol 0,5% 5 ml	frasco	100	1,63	163,00
134	Mebendazol 100 mg	comp	3.000	0,33	990,00
135	Mebendazol solução oral 30 ml	frasco	1.000	1,94	1.940,00
136	Mesilato de doxazosina 2 mg	comp	3.000	0,09	270,00
137	Metformina 850 mg	comp	60.000	0,22	13.200,00
138	Metildopa 250 mg	comp	3.000	0,50	1.500,00
139	Metoclopramida, a dimeticona e a pepsina 2 mg	comp	2.000	0,76	1.520,00
140	Metoprolol (succinato) 100 mg	comp	6.000	0,64	3.840,00
141	Metronidazol 100 mg/g (10%) gel vaginal	tubo	1.000	6,94	6.940,00
142	Miconazol creme vaginal 2% (20 mg/g) 50 g	tubo	1.000	9,00	9.000,00
143	Milgamma, benfotiamina 150 mg	comp	1.500	1,88	2.820,00
144	Mirtazapina 30 mg	comp	3.000	0,81	2.430,00
145	Montelucaste de sódio 10 mg	comp	2.000	0,99	1.980,00
146	Neomicina + Bacitracina pomada 10 g	tubo	1.000	2,26	2.260,00
147	Nesina met 12,5+1000 mg	comp	2.000	2,74	5.480,00
148	Nesina pio 25+30 mg	comp	1.000	6,04	6.040,00
149	Neuleptil 40 mg/ml 20 ml	frasco	100	26,33	2.633,00
150	Nifedipino 20 mg	comp	10.000	0,35	3.500,00
151	Nitazoxanida 500 mg	comp	1.000	2,76	2.760,00
152	Olanzapina 2,5 mg	comp	3.000	0,47	1.410,00
153	Óleo de girassol 100 ml	frasco	400	9,49	3.796,00
154	Óleo mineral 100 ml	frasco	1.000	5,19	5.190,00
155	Omeprazol 20 mg	comp	10.000	0,07	700,00
156	Ondansetrona 4 mg	comp	2.000	0,39	780,00
157	Ondansetrona 8 mg	comp	4.000	0,65	2.600,00
158	Oxalato de escitalopram 20 mg	comp	5.000	0,55	2.750,00
159	Oxibutinina 5 mg	comp	1.000	1,12	1.120,00
160	Paracetamol + codeína 30 mg	comp	5.000	0,92	4.600,00
161	Paracetamol 200 mg/ml 15 ml	frasco	3.000	1,53	4.590,00
162	Paracetamol 500 mg	comp	15.000	0,19	2.850,00
163	Paracetamol 750 mg	comp	3.000	0,26	780,00
164	Prednisolona 3 mg/ml solução oral 60 ml	frasco	300	8,69	2.607,00
165	Prednisona 20 mg	comp	10.000	0,25	2.500,00
166	Prednisona 5 mg	comp	10.000	0,13	1.300,00

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

167	Pregabalina 150 mg	comp	2.000	0,38	760,00
168	Pregabalina 50 mg	comp	3.000	0,90	2.700,00
169	Pregabalina 75 mg	comp	3.000	0,34	1.020,00
170	Prometazina 25 mg	comp	2.000	0,26	520,00
171	Propranolol 40 mg	comp	15.000	0,07	1.050,00
172	Risperidona 1 mg	comp	80.000	0,20	16.000,00
173	Risperidona 1 mg/ml 30 ml	frasco	1.000	15,38	15.380,00
174	Risperidona 3 mg	comp	80.000	0,28	22.400,00
175	Rosuvastatina 20 mg	comp	2.000	0,39	780,00
176	Rosuvastatina cálcica 10 mg	comp	2.000	0,23	460,00
177	Sacubitril + valsartana 49/51 mg	comp	1.000	5,94	5.940,00
178	Salbutamol suspensão 0,48mg/ml 120 ml	frasco	3.000	2,95	8.850,00
179	Simeticona 40 mg	comp	25.000	0,26	6.500,00
180	Simeticona gotas 75mg/ml 10 ml	frasco	1.000	2,49	2.490,00
181	Sinvastatina 20 mg	comp	30.000	0,16	4.800,00
182	Sinvastatina 40 mg	comp	20.000	0,15	3.000,00
183	Succinato de metoprolol 25 mg	comp	5.000	0,54	2.700,00
184	Succinato de metoprolol 50 mg	comp	5.000	0,72	3.600,00
185	Sulfadiazina de prata 1% 30 g creme	bisnag	300	8,94	2.682,00
186	Sulfadiazina de prata 400 g	tubo	100	34,37	3.437,00
187	Sulfametoxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml 100ml	frasco	1.000	3,88	3.880,00
188	Sulfametoxazol 400 mg + trimetoprima 80 mg	comp	2.000	0,17	340,00
189	Sulfato ferroso 25 mg/ml xarope 30 ml	frasco	2.000	1,88	3.760,00
190	Sulfato ferroso 40 mg	comp	5.000	0,04	200,00
191	Sustain Júnior, lata com 350 g	un	250	42,66	10.665,00
192	Tartarato de brimonidina, maleato de timolol com 5 ml	frasco	100	57,97	5.797,00
193	Tramadol + codeína 37,5+325 mg	comp	2.500	1,85	4.625,00
194	Tramadol 50 mg	comp	10.000	0,23	2.300,00
195	Travoprost 0,04 mg/ml 2,5 ml	frasco	100	12,83	1.283,00
196	Trimetazidina 35 mg	comp	1.000	0,97	970,00
197	Trok-G creme 30 g	tubo	100	8,75	875,00
198	Valerato de estradiol 2 mg + levonorgestrel 0,25 mg	comp	500	0,63	315,00
199	Vaselina 100 g	tubo	30	14,67	440,10
200	Venlafaxina 75 mg	comp	5.000	0,53	2.650,00
201	Vitamina D 50.000UI	comp	2.500	1,85	4.625,00
	Total				883.029,95

Lote 02 - Anticoncepcional

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01	Enantato de noretisterona + valerato de estradiol 50mg + 5mg/mL – solução injetável.	inj	500	17,04	8.520,00
02	Noretisterona 0,35mg	comp	525	0,54	283,50
03	Ciclo 21 (levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg)	comp	525	0,29	152,25
	Total				8.955,75

Lote 03 - Injetáveis

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01	Ácido ascórbico 100 mg/mL 5 ml – solução injetável	inj	5.000	1,21	6.050,00
02	Ácido tranexâmico 250 mg/mL 5 ml (Transamin) – solução injetável	inj	3.000	5,01	15.030,00
03	Adrenalina 1 mg/mL 1 ml – solução injetável	inj	1.000	1,46	1.460,00
04	Água para injeção 500 mL	inj	500	7,55	3.775,00
05	Aminofilina 24 mg/mL 10 ml – solução injetável	inj	500	5,97	2.985,00
06	Amiodarona 50 mg/mL 3 ml – solução injetável	inj	500	3,96	1.980,00
07	Ampicilina 1 g – pó para solução injetável	inj	1.500	6,84	10.260,00
08	Ampicilina cristalina 400.000 UI – pó para solução injetável	inj	1.000	6,11	6.110,00
09	Atropina 0,25 mg/mL 1 ml – solução injetável	inj	1.000	1,36	1.360,00
10	Benzetacil 1.200.000 UI – pó para suspensão injetável	inj	2.000	8,28	16.560,00
11	Benzatina 600.000 UI – pó para suspensão injetável	inj	1.000	8,43	8.430,00
12	Bromoprida 5 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	3.000	1,72	5.160,00
13	Butilbrometo de escopolamina 4mg/mL + dipirona Sódica 500mg/mL 5ml – solução injetável	inj	6.000	2,87	17.220,00
14	Butilbrometo de escopolamina 10 mg/mL 10 ml – solução injetável	inj	3.000	8,54	25.620,00
15	Cedilanide 0,2 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	500	2,16	1.080,00
16	Cefalotina 1 g – pó para solução injetável	inj	4.000	4,48	17.920,00
17	Ceftriaxona dissódica 1 g – pó para solução injetável	inj	3.000	4,82	14.460,00
18	Celestone Soluspan 3mg/mL + 3,945mg/mL 1 ml – solução injetável	inj	500	8,30	4.150,00

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

19	Cetoprofeno 50mg 2 ml - solução injetável	inj	1.500	1,78	2.670,00
20	Cimetidina 300 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	4.000	1,33	5.320,00
21	Ciprofloxacino 2mg/mL 200 ml – solução injetável	inj	2.000	21,74	43.480,00
22	Clindamicina 600mg 150mg/mL 4 ml – solução injetável	inj	1.000	4,19	4.190,00
23	Cloreto de potássio 10% 10 mL – solução injetável	inj	500	0,84	420,00
24	Clorpromazina 5 mg/mL 5 ml – solução injetável	inj	500	2,86	1.430,00
25	Complexo B 2 mL – solução injetável	inj	6.000	1,64	9.840,00
26	Decanoato de haloperidol 50 mg/mL 1 ml – solução injetável	inj	300	5,64	1.692,00
27	Dexametasona 4 mg/mL 2,5 ml – solução injetável	inj	4.000	2,28	9.120,00
28	Diclofenaco sódico 25 mg/mL 3 ml– solução injetável	inj	6.000	1,49	8.940,00
29	Dipirona sódica 500 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	2.000	1,46	2.920,00
30	Dobutamina 12,5 mg/mL 20 ml – solução injetável	inj	500	7,26	3.630,00
31	Dopamina 5mg/mL 10ml – solução injetável	inj	500	5,62	2.810,00
32	Dramin B6 10 ml – solução injetável	inj	4.000	8,82	35.280,00
33	Efortil 10mg/1mL 1 ml – solução injetável	inj	1.000	1,84	1.840,00
34	Enoxaparina 40 mg 0,4 ml – solução injetável	inj	2.000	25,91	51.820,00
35	Ergotrate 0,2mg 1ml – solução injetável	inj	1.000	3,94	3.940,00
36	Etomidato 2mg/mL 10ml – solução injetável	inj	300	15,54	4.662,00
37	Fenitoína sódica 50 mg/mL 5 mL – solução injetável	inj	300	4,08	1.224,00
38	Fentanil 0,05mg/1mL 5 ml – solução injetável	inj	500	3,40	1.700,00
39	Fenobarbital 100 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	500	4,36	2.180,00
40	Furosemida 10 mg/mL 2ml – solução injetável	inj	1.000	1,50	1.500,00
41	Gentamicina 40 mg/mL 2ml – solução injetável	inj	1.000	2,00	2.000,00
42	Gentamicina 80 mg/mL 2ml – solução injetável	inj	1.500	1,19	1.785,00
43	Glicose 50% 10 mL – solução injetável	inj	1.000	0,99	990,00
44	Glicose 25% 10 mL – solução injetável	inj	1.000	0,88	880,00
45	Haldol 5mg/mL 1 ml - solução injetável	inj	300	2,34	702,00
46	Heparina 5.000UI 5 mL – solução injetável	inj	1.000	18,42	18.420,00
47	Hidralazina 20mg/mL 1ml – solução injetável	inj	2.000	10,80	21.600,00
48	Hidrocortisona 100 mg 10 ml – Frasco-ampola	inj	1.000	4,40	4.400,00
49	Hidrocortisona 500 mg 10 ml – Frasco-ampola	inj	2.000	6,60	13.200,00
50	Imunoglobulina anti-RHO (Maternan) 300mcg (1500UI) – solução injetável	inj	300	304,06	91.218,00
51	Kanakion 10mg 1ml – solução injetável	inj	500	3,11	1.555,00
52	Levofloxacino 500mg 100 ml – solução injetável	inj	400	11,94	4.776,00
53	Lidocaina 2% sem vasoconstritor 20 ml – solução injetável	inj	1.000	8,40	8.400,00
54	Metoclopramida 10 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	1.000	0,69	690,00
55	Metronidazol 500mg 100 ml – solução injetável	inj	1.000	6,17	6.170,00
56	Midazolam 5mg/mL 10 ml – solução injetável	inj	500	4,13	2.065,00
57	Morfina 10mg/mL 1 ml – solução injetável	inj	300	3,76	1.128,00
58	Noradrenalina 2 mg/mL 4 ml – solução injetável	inj	500	2,45	1.225,00
59	Noretisterona + valerato de estradiol 50 mg + 5 mg – solução injetável	inj	500	16,96	8.480,00
60	Noripurum 20 mg/mL 5 ml – solução injetável	inj	1.000	18,19	18.190,00
61	Ocitocina 5 UI 1 ml – solução injetável	inj	500	3,86	1.930,00
62	Omeprazol 40 mg 10 ml – solução injetável	inj	500	10,89	5.445,00
63	Ondansetrona (Vonal) 2mg/mL 4 ml – solução injetável	inj	3.000	2,91	8.730,00
64	Oxacilina 500mg - solução injetável	inj	500	5,55	2.775,00
65	Plasil 5 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	3.000	1,16	3.480,00
66	Petidina 50 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	1.000	2,31	2.310,00
67	Prometazina (Fenergan) 25 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	2.000	5,58	11.160,00
68	Tenoxicam 20 mg – solução injetável	inj	2.000	8,97	17.940,00
69	Tenoxicam 40 mg – solução injetável	inj	4.000	12,10	48.400,00
70	Tramadol 50 mg/mL 2 ml – solução injetável	inj	3.000	1,40	4.200,00
71	Soro fisiológico 0,9% 100 mL - frasco/bolsa	inj	4.000	4,73	18.920,00
72	Soro fisiológico 0,9% 250 mL - frasco/bolsa	inj	5.000	4,49	22.450,00
73	Soro fisiológico 0,9% 500 mL - frasco/bolsa	inj	6.000	5,87	35.220,00
74	Soro glicofisiológico 250 mL - frasco/bolsa	inj	1.000	4,98	4.980,00
75	Soro glicofisiológico 500 mL - frasco/bolsa	inj	1.000	6,45	6.450,00
76	Soro glicosado 5% 250 mL - frasco/bolsa	inj	400	5,53	2.212,00
77	Soro glicosado 5% 500 mL - frasco/bolsa	inj	1.000	5,77	5.770,00
78	Soro manitol 20% 250 mL - frasco/bolsa	inj	200	10,50	2.100,00
79	Soro Ringer com lactato 250 mL - frasco/bolsa	inj	200	7,12	1.424,00
80	Soro Ringer simples 500 mL - frasco/bolsa	inj	1.500	7,08	10.620,00
81	Soro Ringer com lactato 500 mL - frasco/bolsa	inj	1.200	6,14	7.368,00
82	Vitamina K 10 mg - solução injetável	inj	500	3,42	1.710,00
	Total				793.686,00

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

Lote 04 - Material Hospitalar

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01	Abaixador de língua, pacote com 100 unidades	pct	200	6,38	1.276,00
02	Água oxigenada 3%, 1.000 ml	un	60	8,15	489,00
03	Água para injeção, 1.000 ml	un	100	9,87	987,00
04	Agulha 25x0,80 mm, descartável, caixa com 100 unidades	cx	200	11,79	2.358,00
05	Agulha 25x0,70 mm, descartável, caixa com 100 unidades	cx	100	10,01	1.001,00
06	Agulha 30x0,80 mm, descartável, caixa com 100 unidades	cx	50	14,40	720,00
07	Agulha 40x1,20 mm, descartável, caixa com 100 unidades	cx	200	14,90	2.980,00
08	Agulha de insulina 13 x 4,5, descartável, caixa com 100 unidades	cx	100	14,15	1.415,00
09	Álcool 70%, 1.000 ml	un	1.500	11,17	16.755,00
10	Álcool gel, 1.000 ml	un	150	13,11	1.966,50
11	Algodão hidrófilo, rolo de 500g	un	200	20,04	4.008,00
12	Almotolias plástica 125 ml âmbar	un	30	5,41	162,30
13	Almotolias plástico transparente 125 ml	un	50	4,72	236,00
14	Ambu reanimador adulto	un	5	154,33	771,65
15	Ambu reanimador infantil	un	5	141,30	706,50
16	Atadura de crepom, 10 cm x 1,2 m, pacote com 12 unidades	pct	1.000	0,41	410,00
17	Atadura de crepom, 15 cm x 1,8 m, pacote com 12 unidades	pct	1.000	0,71	710,00
18	Atadura de crepom, 20 cm x 1,8 m, pacote com 12 unidades	pct	400	0,97	388,00
19	Avental descartável, uso hospitalar, 30g/m2, manga longa, punho com elástico, cor branco, tnt 100% polipropileno, tamanho único	un	2.000	1,50	3.000,00
20	Bacia inoxidável, com alça 40 x 30 cm, uso hospitalar	un	5	167,55	837,75
21	Balde espremedor, em plástico, limpeza hospitalar, 32 litros	un	5	331,00	1.655,00
22	Bandeja inoxidável hospitalar de 22 cm x 09 cm x 1,5 cm	un	15	30,00	450,00
23	Bandeja inoxidável hospitalar de 30 cm x 20 cm x 1,5 cm	un	5	83,96	419,80
24	Bolsa coletora de urina estéril, 2 litros	un	600	5,78	3.468,00
25	Bolsa de colostomia recortável	un	500	11,61	5.805,00
26	Borrifador, em plástico, 500 ml	un	20	5,04	100,80
27	Caixa de isopor, 21 litros	un	10	71,67	716,70
28	Caixa de isopor, 12 litros	un	5	45,17	225,85
29	Caixa de perfuro cortante, 20 litros	un	800	7,71	6.168,00
30	Caixa de perfuro cortante, 13,5 litros	un	400	5,95	2.380,00
31	Caixa térmica de polipropileno, azul, 30 litros, com termômetro digital	un	10	345,02	3.450,20
32	Cateter tipo óculos adulto	un	200	1,73	346,00
33	Cateter tipo óculos infantil	un	100	1,35	135,00
34	Clamp umbilical	un	150	0,78	117,00
35	Coletor, pacote com 100 unidades	pct	10	34,65	346,50
36	Compressa gaze hidrófila estéril, 7,5x7,5cm, pacote com 10 unidades	pct	1.000	0,71	710,00
37	Compressa gaze 7,5x7,5cm, 13 fios, pacote com 500 unidades	pct	1.000	16,76	16.760,00
38	Conector 2 vias	un	1.000	0,52	520,00
39	Degermante, solução com polivinil pirrolidona (PVP-I), 1% de iodo ativo, 1.000 ml	un	50	51,35	2.567,50
40	Equipo de infusão de duas vias	un	300	0,81	243,00
41	Equipo de nutrição enteral	un	300	1,47	441,00
42	Equipo Macrogotas, com injetor lateral	un	3.000	1,22	3.660,00
43	Equipo Microgotas	un	500	1,43	715,00
44	Equipo Transfusão	un	300	5,51	1.653,00
45	Escova endocervical, pacote com 100 unidades	pct	14	27,95	391,30
46	Esfigmomanômetro 0-300 mmHg Adulto (com braçadeira padrão)	un	10	137,19	1.371,90
47	Espadrado impermeável 10 cm x 4,5 m	un	600	8,33	4.998,00
48	Espátula de Ayres, pacote com 100 unidades	pct	14	14,09	197,26
49	Espéculo, tamanho G	un	500	1,68	840,00
50	Espéculo, tamanho M	un	500	1,61	805,00
51	Espéculo, tamanho P	un	500	1,42	710,00
52	Estetoscópio duplo, uso adulto e infantil	un	10	54,24	542,40
53	Filme para raio x digital tamanho 20x25cm, compatível com a impressora de filme Dry laser DI-HL, com registro na anvisa, caixa com 150 unidades	cx	3	405,33	1.215,99
54	Filme para raio x digital tamanho 26x36cm, compatível com a impressora de filme Dry laser DI-HL, com registro na anvisa, caixa com 150 unidades	cx	3	981,03	2.943,09
55	Filme para raio x digital tamanho 35x43cm, compatível com a impressora de filme Dry laser DI-HL, com registro na anvisa, caixa com 150 unidades	cx	3	937,87	2.813,61
56	Fio de sutura catgut cromado nº 3-0, caixa com 24 unidades	cx	10	136,53	1.365,30
57	Fio de sutura catgut cromado nº 2-0, caixa com 24 unidades	cx	10	127,08	1.270,80
58	Fio cirúrgico catgut simples nº 3-0, caixa com 24 unidades	cx	10	163,61	1.636,10
59	Fio cirúrgico catgut simples nº 4-0, caixa com 24 unidades	cx	5	166,53	832,65

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

60	Fio guia para intubação (kit com 3 tamanhos: adulto, infantil e neonatal)	pct	5	100,62	503,10
61	Fio nylon 1.0, caixa com 24 unidades	cx	10	40,48	404,80
62	Fio nylon 2.0, caixa com 24 unidades	cx	10	47,09	470,90
63	Fio nylon 3.0, caixa com 24 unidades	cx	20	52,27	1.045,40
64	Fio nylon 4.0, caixa com 24 unidades	cx	15	50,63	759,45
65	Fita Gtech, caixa com 50 unidades	cx	500	34,45	17.225,00
66	Fita micropore 2,5 cm x 10 m	un	50	2,24	112,00
67	Fita micropore 4,5 cm x 10 m	un	300	6,82	2.046,00
68	Fita para autoclave, 19 mm x 30 m	un	300	4,03	1.209,00
69	Frasco para alimentação enteral 300 ml	un	2.000	1,12	2.240,00
70	Germe rio, desinfetante, 1.000 ml	un	50	18,28	914,00
71	Jelco Nº 16, caixa com 100 unidades	cx	80	119,57	9.565,60
72	Jelco Nº 18, caixa com 100 unidades	cx	80	114,50	9.160,00
73	Jelco Nº 20, caixa com 100 unidades	cx	100	124,50	12.450,00
74	Jelco Nº 22, caixa com 100 unidades	cx	100	124,50	12.450,00
75	Jelco Nº 24, caixa com 100 unidades	cx	80	124,50	9.960,00
76	Kit tala imobilizadora aramada em EVA	pct	10	59,09	590,90
77	Lacre para carro de emergência, pacote com 100 unidades	und	5	45,41	227,05
78	Lâmina bisturi nº 22, caixa com 100 unidades	cx	10	31,11	311,10
79	Lamina bisturi nº 23, caixa com 100 unidades	cx	15	30,73	460,95
80	Lamina bisturi nº 24, caixa com 100 unidades	cx	15	28,63	429,45
81	Laringoscópio com 5 lâminas	jg	5	718,00	3.590,00
82	Lençol descartável com elástico, pacote com 10 unidades	pct	300	12,81	3.843,00
83	Luva cirúrgica estéril par (7,0)	pr	3.000	1,96	5.880,00
84	Luva cirúrgica estéril par (7,5)	pr	3.000	1,78	5.340,00
85	Luva de Procedimento, caixa com 100 unid. Tam. G	cx	1.000	28,38	28.380,00
86	Luva de Procedimento, caixa com 100 unid. Tam. M	cx	4.000	24,58	98.320,00
87	Luva de Procedimento, caixa com 100 unid. Tam. P	cx	4.000	27,32	109.280,00
88	Maleta plástica - Primeiros Socorros - 33x16x20 cm	un	5	156,26	781,30
89	Máscara Cirúrgica descartável, caixa com 50 unidades	cx	100	7,30	730,00
90	Máscara de nebulização, tamanho padrão infantil	un	30	9,05	271,50
91	Máscara de nebulização, tamanho padrão para adultos	un	50	9,59	479,50
92	Máscara hospitalar PFF2-95	un	100	1,80	180,00
93	Oxímetro digital portátil de dedo	un	10	49,00	490,00
94	Papel Grau Cirúrgico 10 cm x 100 metros (rolo)	un	20	63,73	1.274,60
95	Papel Grau Cirúrgico 15 cm x 100 metros (rolo)	un	40	83,33	3.333,20
96	Papel Grau Cirúrgico 20 cm x 100 metros (rolo)	un	40	106,00	4.240,00
97	Papel Grau Cirúrgico 30 cm x 100 metros (rolo)	un	40	166,77	6.670,80
98	Pilha palito AAA, com 2 unidades	crt	300	5,30	1.590,00
99	Placa hidrocoloide para curativo, 20 cm x 20 cm	un	30	34,49	1.034,70
100	Polvidine degermante, 1.000 ml	un	40	41,27	1.650,80
101	Polvidine Tópico, 1.000 ml	un	40	44,15	1.766,00
102	Saco de lixo infectante, para 100 litros, cor branca, pacote com 100 unidades.	pct	60	44,56	2.673,60
103	Scalp nº 19, caixa com 100 unidades	cx	20	36,24	724,80
104	Scalp nº 21, caixa com 100 unidades	cx	20	35,85	717,00
105	Scalp nº 23, caixa com 100 unidades	cx	60	35,06	2.103,60
106	Scalp nº 25, caixa com 100 unidades	cx	60	36,49	2.189,40
107	Seladora manual de mesa, 30 cm	un	3	319,50	958,50
108	Seringa descartável de 3 ml, sem agulha	un	10.000	0,23	2.300,00
109	Seringa descartável de 5 ml, sem agulha	un	10.000	0,27	2.700,00
110	Seringa descartável de 10 ml, sem agulha	un	10.000	0,44	4.400,00
111	Seringa descartável de 20 ml, sem agulha	un	10.000	0,59	5.900,00
112	Seringa descartável de 60 ml, sem agulha	un	500	2,02	1.010,00
113	Sonda de aspiração traqueal s\ válvula nº 08	un	150	0,71	106,50
114	Sonda de aspiração traqueal s\ válvula nº 12	un	150	0,75	112,50
115	Sonda de aspiração traqueal s\ válvula nº 14	un	150	1,17	175,50
116	Sonda Foley nº 16	un	500	3,33	1.665,00
117	Sonda Foley nº 18	un	500	3,33	1.665,00
118	Sonda Foley nº 20	un	150	3,33	499,50
119	Sonda nasogastrica curta nº 12	un	150	1,21	181,50
120	Sonda nasogastrica curta nº 14	un	120	1,20	144,00
121	Sonda nasogastrica longa nº 10	un	120	1,77	212,40
122	Sonda nasogastrica longa nº 16	un	150	2,52	378,00
123	Sonda para alimentação enteral nº 12	un	300	12,00	3.600,00
124	Sonda uretral de alívio nº 14	un	120	1,70	204,00

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

125	Sonda uretral de alívio nº 16	un	120	1,57	188,40
126	Sonda uretral calibre 12	un	8.000	0,79	6.320,00
127	Termômetro digital clínico, faixa de medição de 32°C a 42°C, precisão de $\pm 0,1^\circ\text{C}$, display LCD com iluminação, uso clínico e hospitalar.	un	20	11,47	229,40
128	Touca hospitalar descartável, pacote com 100 unidades	pct	50	6,55	327,50
129	Tubo endotraqueal com balão nº 7,5	un	15	3,57	53,55
130	Tubo endotraqueal com manguito nº 3,0	un	15	4,90	73,50
131	Tubo endotraqueal com manguito nº 7,5	un	15	4,83	72,45
	Total				519.710,15

Lote 05 - Material Odontológico

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01	Aplicador manual para hidróxido de cálcio, descartável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	10	13,03	130,30
02	Arco para isolamento em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	10	13,44	134,40
03	Espaçador digital "finger spreader", em aço inoxidável, 25mm, para uso em endodontia.	un	10	30,19	301,90
04	Espátula para inserção de resina composta, ponta estéril, em titânio.	un	20	110,79	2.215,80
05	Espátula de titânio com bolinha, para uso em procedimentos odontológicos.	un	20	62,26	1.245,20
06	Prendedor de guardanapo em aço inoxidável, para uso em consultórios odontológicos.	un	20	27,03	540,60
07	Seringa carpule, descartável, para anestesia local. Caixa com 20 unidades.	cx	20	64,61	1.292,20
08	Sugador metálico curvo para uso odontológico.	un	15	32,97	494,55
09	Pinça hemostática curva, em aço inoxidável, para controle de sangramento em procedimentos odontológicos.	un	20	72,97	1.459,40
10	Pinça hemostática reta, em aço inoxidável, para controle de sangramento em procedimentos odontológicos.	un	15	43,36	650,40
11	Porta-agulha grande, em aço inoxidável, 25 cm, para uso em procedimentos odontológicos.	un	20	166,29	3.325,80
12	Porta-agulha pequeno, em aço inoxidável, 14 cm, para uso em procedimentos odontológicos.	un	20	64,35	1.287,00
13	Anestésico tópico para uso oral, benzocaína a 20%, em embalagem de 12g, para anestesia local em procedimentos odontológicos.	un	300	12,12	3.636,00
14	Abaixador de língua descartável, em plástico, pacote com 100 unidades, para uso em consultórios odontológicos.	pct	10	6,38	63,80
15	Ácido fosfórico a 37%, em seringa de 2,5 ml, para condicionamento de esmalte em procedimentos odontológicos.	un	100	3,58	358,00
16	Agulha descartável esterilizada, 27G, longa, caixa com 100 unidades.	cx	8	36,81	294,48
17	Agulha descartável esterilizada, 30G, curta, caixa com 100 unidades.	cx	10	30,64	306,40
18	Algodão para uso odontológico, rolo dental, aglutinado, trançado, em pacote com 100 unidades.	pct	60	5,05	303,00
19	Anestésico cloridrato de mepivacaína a 3%, sem vasoconstritor, caixa com 50 tubetes de 1,8 ml.	cx	15	178,08	2.671,20
20	Anestésico injetável lidocaína 2% com felipressina 1:100.000, caixa com 50 tubetes de 1,8 ml.	cx	15	115,53	1.732,95
21	Anestésico injetável local, cloridrato de prilocaína com felipressina, em caixa com 50 tubetes de 1,8 ml.	cx	15	125,66	1.884,90
22	Aplicador descartável para uso odontológico, com hastes dobráveis, caixa com 100 unidades.	cx	60	14,22	853,20
23	Babador descartável para uso odontológico, sem adesivo, embalagem com 100 unidades.	cx	100	23,00	2.300,00
24	Broca de alta rotação 1012, em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	50	5,01	250,50
25	Broca de alta rotação 1013, em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	50	5,01	250,50
26	Broca de alta rotação 1014, em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	50	5,04	252,00
27	Broca de acabamento grana fina e ultrafina, em aço inoxidável, kit com 7 unidades, para uso em procedimentos odontológicos, composto por pontas diamantadas (1190F, 2135F, 3118F, 3195F, 1190FF, 3165FF, 3195FF).-, sendo 4 pontas de granulometria fina (46 micrômetros) e 3 pontas de granulometria ultrafina (30 micrômetros), identificadas, respectivamente, por um anel de cor vermelha ou amarelo em suas hastes, e 1 broqueiro autoclavável e silkado.	cx	50	82,60	4.130,00
28	Cartela para colocação de filmes de raio X odontológicos, com capacidade para 2 películas, para uso em radiografia odontológica, pacote com 100 unidades.	pct	20	20,53	410,60
29	Creme dental com flúor, em tubo com 90g, para uso em higiene bucal.	un	2.000	3,24	6.480,00
30	Disco para polimento de resina fotopolimerizante, 5/8 polegadas, em poliéster e óxido de alumínio, para uso em procedimentos odontológicos, caixa com 100 unidades.	cx	40	120,39	4.815,60
31	Escova dental para adulto, com cerdas macias, em plástico, para uso em higiene bucal.	un	2.000	1,39	2.780,00

Um novo tempo, uma nova história

Município de Vereda | Estado da Bahia

32	Escova dental infantil, com cerdas macias, em plástico, para uso em higiene bucal.	un	4.000	1,64	6.560,00
33	Escova dental de Robinson, com cerdas de silicone, para uso em profilaxia odontológica.	un	500	3,12	1.560,00
34	Espátula lecron, em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	40	12,80	512,00
35	Espátula número 07, em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	40	11,97	478,80
36	Espátula número 24, em aço inoxidável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	40	13,07	522,80
37	Eugenol líquido para restauração provisória, em frasco com 20 ml, para uso em procedimentos odontológicos.	frasco	30	15,86	475,80
38	Filme radiológico para uso odontológico infantil, 22 x 35 mm, caixa com 100 películas.	cx	30	386,29	11.588,70
39	Filme radiológico para uso odontológico, dimensões 3 x 4 cm, caixa com 150 películas.	cx	40	324,99	12.999,60
40	Fio dental de uso odontológico, 100 metros, em nylon, para uso em higiene bucal.	un	30	5,23	156,90
41	Fio dental de uso odontológico, 500 metros, em nylon, para uso em higiene bucal.	un	50	15,51	775,50
42	Fio de sutura de nylon simples, número 4.0, com 70 cm, com agulha de 3,0 cm, para uso em procedimentos cirúrgicos. Caixa com 24 unidades.	cx	30	45,46	1.363,80
43	Fio de sutura de nylon simples, número 5.0, com 70 cm, com agulha de 3,0 cm, para uso em procedimentos cirúrgicos. Caixa com 24 unidades.	cx	30	37,61	1.128,30
44	Fio de sutura de seda simples, número 3.0, com 70 cm, com agulha de 3,0 cm, para uso em procedimentos cirúrgicos. Caixa com 24 unidades.	cx	50	50,67	2.533,50
45	Fio de sutura de seda simples, número 4.0, com 70 cm, com agulha de 3,0 cm, para uso em procedimentos cirúrgicos. Caixa com 24 unidades.	cx	30	52,60	1.578,00
46	Fixador para uso odontológico, em frasco com 475 ml, para uso em procedimentos radiográficos.	un	60	11,86	711,60
47	Fluor gel tópico para uso odontológico, com ação de 1 minuto, em frasco com 200 ml.	frasco	60	7,22	433,20
48	Gaze para compressa, dimensões 7,5 x 7,5 cm, em pacote com 500 unidades.	pct	600	17,27	10.362,00
49	Hidróxido de cálcio em pasta para uso odontológico, em kit com 2 bisnagas, espátula e bloco de manipulação.	cx	30	28,71	861,30
50	Lâmina de bisturi número 11, caixa com 100 unidades.	cx	10	45,36	453,60
51	Lâmina de bisturi número 12, caixa com 100 unidades.	cx	10	36,37	363,70
52	Lâmina de bisturi número 15, caixa com 100 unidades.	cx	10	41,71	417,10
53	Lidocaína com vasoconstritor adrenalina 1:100.000, caixa com 50 tubetes de 1,8 ml.	cx	30	95,22	2.856,60
54	Luva de procedimento, tamanho M, caixa com 50 pares.	cx	200	29,07	5.814,00
55	Máscara de proteção CA 14209, descartável, para uso em procedimentos odontológicos.	un	200	1,23	246,00
56	Máscara cirúrgica descartável, semi-facial, caixa com 50 unidades.	cx	30	63,45	1.903,50
57	Óculos de proteção com lentes incolores, em armação plástica, para uso em procedimentos odontológicos.	un	30	6,24	187,20
58	Pasta dentifrícia profilática com flúor, em bisnaga com 90g.	un	60	5,47	328,20
59	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor A2, em seringa com 4g.	un	150	56,23	8.434,50
60	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor B1, em seringa com 4g.	un	150	57,45	8.617,50
61	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor B2, em seringa com 4g.	un	150	68,39	10.258,50
62	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor A1, em seringa com 4g.	un	150	69,57	10.435,50
63	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor A3, em seringa com 4g.	un	150	49,77	7.465,50
64	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor A3.5, em seringa com 4g.	un	150	47,74	7.161,00
65	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor B3, em seringa com 4g.	un	150	52,26	7.839,00
66	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor C2, em seringa com 4g.	un	150	48,34	7.251,00
67	Resina fotopolimerizável nano híbrida, cor universal, em seringa com 4g.	un	150	103,24	15.486,00
68	Restaurador provisório de endurecimento químico, em pote com 20g.	un	100	20,23	2.023,00
69	Restaurador provisório em pó e líquido, caixa com 2 frascos (38g de pó e 15 ml de líquido).	cx	60	34,74	2.084,40
70	Revelador para uso odontológico, em frasco com 475 ml.	frasco	60	15,61	936,60
71	Revelador de placa dental bacteriana, frasco contendo 60 pastilhas.	frasco	60	18,74	1.124,40
72	Sabonete antisséptico, em frasco com 1.000 ml.	un	60	9,32	559,20
73	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 9%, em frasco com 500 ml.	frasco	60	8,49	509,40
74	Solução esterilizante à base de glutaraldeído, 1.000 ml.	un	60	40,97	2.458,20
75	Solução esterilizante à base de amônio quaternário, 1.000 ml.	un	20	19,15	383,00
76	Solução para limpeza e desinfecção de cavidade, à base de clorhexidina 2%, em frasco com 100 ml.	frasco	40	42,49	1.699,60
77	Sugador cirúrgico descartável, caixa com 40 unidades.	cx	40	83,13	3.325,20
78	Sugador de saliva descartável, pacote com 40 unidades.	pct	80	9,57	765,60
79	Tira de lixa para acabamento em resina, com duas granulações, caixa com 150 unidades.	cx	40	16,98	679,20
80	Tira de lixa para acabamento em amálgama, com uma granulação, caixa com 12 unidades.	cx	100	12,33	1.233,00
81	Touca cirúrgica com elástico, em pacote com 100 unidades.	pct	20	6,54	130,80
82	Verniz com flúor contendo 5% de fluoreto de sódio, em kit com 10 ml de verniz e 10 ml de solvente.	cx	40	29,27	1.170,80
	Total				216.053,28

5. Qualificação técnica exigida

5.1. Comprovação de capacidade técnica, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

5.2. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

5.3. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.5. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.7. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

5.8. Licença de Funcionamento do exercício em vigor conferida pelo Órgão Municipal ou Estadual de vigilância Sanitária.

5. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estima do preço para contratação foi baseada em cotações extraídas através do sistema BLL compras e cotação do plano de trabalho, ficando assim estimado o valor de R\$ 2.421.435,13 (dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, treze centavos).

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Do licitante vencedor:

7.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do envio, e manter, durante toda a sua vigência, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

7.1.2. Fornecer o(s) produto(s) conforme especificações, prazos e nos locais previstos neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, em perfeitas condições e de acordo com a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade consignados em sua Proposta Comercial, acompanhado(s) da respectiva nota fiscal;

7.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde de Vereda, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência do fornecimento de material em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, do edital de licitação e seus anexos, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;

7.1.4. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto, bem como responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;

7.1.5. Credenciar junto a Prefeitura Municipal de Vereda/BA, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Gestor Administrativo da contratação;

7.1.6. Substituir o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando fornecido com defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com o Termo de Referência, o edital de licitação e seus demais anexos;

7.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

7.1.8. Cientificar imediatamente a Fiscalização sobre qualquer ocorrência anormal que afete o fornecimento do objeto;

7.1.9. Não será admitido à Contratada a subcontratação, a sub-rogação, a cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto deste Termo de Referência;

7.1.10. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP nº 01/2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber;

7.1.11. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização;

7.1.12. Manter, durante toda vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.1.13. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21;

7.1.14. Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

7.2. Da Contratante: (art. 92, X, XI e XIV)

7.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

7.2.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.2.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.5. Efetuar o pagamento após a entrega do objeto, no prazo, no período até 90 (noventa) dias;

7.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.2.7. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

7.2.8. Verificar se os produtos estão de pleno acordo com as especificações definidas no presente Termo de Referência através do responsável pela secretaria;

7.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante das licitantes vencedoras;

7.2.10. Comunicar imediatamente a empresa vencedora qualquer irregularidade manifestada no fornecimento dos serviços;

7.2.11. Acompanhar a entrega do produto realizado pela empresa, verificando se estão sendo cumpridas todas as exigências deste edital;

7.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2.13. Publicar o extrato do processo licitatório e contrato.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A aplicação das penalidades cabíveis, desde que não haja justificativa por escrito, devidamente validada e aceita pela administração municipal, como notificação, multa, rescisão de contrato e declaração de inidoneidade, respeitada a ampla defesa.

9. DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS BENS

9.1. A entrega dos produtos está estritamente vinculada as especificações transcritas no Termo de Referência e o local da entrega do produto será condicionada ao especificado na Ordem de Fornecimento.

9.2. Forma de Entrega

9.2.1. A solicitação formal de aquisição de itens do objeto será feita mediante a entrega da Nota de Empenho e do Termo de Autorização de Fornecimento a ser emitido pela Secretaria de Saúde, ao beneficiário da Ata de Registro de Preços.

9.2.1. O prazo de entrega do beneficiário da Ata de Registro de Preços imediato para entregar o objeto solicitado, o qual começará a contar na data indicada no Termo de Autorização de Fornecimento, a ser emitido pelas Secretarias Municipais.

9.3. A entrega dos objetos deverá ser efetuada de forma PARCELADA, de acordo com a especificação no Termo de Autorização de Fornecimento.

9.4. Os produtos solicitados pelo setor competente da Prefeitura deverão ser entregues, no máximo em 05 (cinco) dias imediatamente após a solicitação, no período compreendido entre 09:00h e 16:00h, de segunda à sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, e nos locais determinado na solicitação, podendo ser na sede e/ou distritos

9.5. O fornecimento será efetuado parcelado de acordo com a necessidade do órgão. O prazo de entrega do objeto contratado deverá ser de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento ou Nota de Empenho.

9.6. No momento do recebimento, a empresa vencedora deverá aguardar conferência pelos funcionários da contratante, dos bens licitados no que diz respeito à quantidade, à qualidade e às especificações constantes no contrato, sendo que eventuais trocas ou complementação de quantidades serão feitas no prazo de até 5 (cinco) dias, sempre em acordo com a anuência da administração municipal.

9.7. Todos os produtos deverão ser transportados conforme normas da Vigilância Sanitária e apresentar perfeitas condições de uso. O transporte dos medicamentos/materiais e equipamentos deverá ser feito em veículo fechado (tipo furgão ou similar) utilizado, exclusivamente, para transporte de produtos desta natureza.

9.8. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de recusar o recebimento de medicamentos cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação sanitária, sejam precárias ou que comprometam a qualidade dos medicamentos.

9.9. Serão rejeitados no recebimento, os produtos/equipamentos//medicamentos com validade expirada, com embalagens violadas, com defeito, quebrado, ou, fornecidos com especificações diferentes das constantes no edital e das informadas na proposta, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no edital.

9.10. Os medicamentos e materiais acondicionados em frascos deverão conter lacre na tampa. Não serão aceitos produtos com indícios de vazamento. Poderão ser aceitos frascos sem lacre na tampa, desde que cada frasco seja entregue em embalagem secundária individual, a qual contenha lacre garantindo, assim, a inviolabilidade do produto.

9.11. Nas embalagens dos medicamentos genéricos deverá estar escrito "medicamento genérico Lei nº 9.787/99".

9.12. As embalagens de medicamentos pertencentes à Portaria nº 344/98 e suas atualizações, deverão obedecer às normas específicas da legislação vigente.

9.13. Os rótulos dos produtos deverão conter informações de acordo com o preconizado na Resolução RDC nº 199, de 20 de outubro de 2006.

9.14. No momento da entrega, os medicamentos deverão estar acompanhados de Laudo de Análise do(s) lote(s) enviado(s), emitido pelo fabricante, para todos os itens. Os medicamentos solicitados com diluente deverão vir acompanhados, também, do Laudo do diluente. No caso de produtos importados, o Laudo de Análise do(s) lote(s) a ser(em) fornecido(s) deverá(ão) ser emitido(s) no Brasil;

9.15. Deverão ser observadas as seguintes determinações sobre os medicamentos, conforme a legislação vigente (Lei nº 6.360, de 23/09/1976, Portaria nº 2.814, de 29/05/1998, Lei nº 9.787, de 10/02/1999 e Resolução RDC nº 92, de 23/10/2000) da ANVISA:

a) Embalagem primária -Os medicamentos e materiais deverão ser entregues contendo, em suas unidades de acondicionamento primárias, o número do lote, a data de fabricação, a data de validade, a denominação genérica e a concentração.

b) Embalagem secundária -Todos os medicamentos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo rótulos e bulas com todas as informações, ou seja, número do lote, data de fabricação, data de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no

Conselho Regional de Farmácia, número de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome genérico e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

c) Os medicamentos e materiais deverão conter bulas (em quantidade suficiente para distribuição aos usuários dos medicamentos), rótulo e embalagem com informações, em língua portuguesa, inclusive para medicamentos importados

d) O medicamento e material deve possuir no mínimo 12 (doze) meses de validade ou 75% do prazo total de validade.

e) Prazos de validade inferiores a estes, o (a) farmacêutico (a) do contratante deve ser consultado (a) para verificação da possibilidade de recebimento sem que haja prejuízo para este serviço.

f) Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

10. FISCAIS DE CONTRATO

10.1. Fica nomeado o Sr. Marcio Januario da Silva para atuar como Fiscal de Contrato conforme Portaria nº 002/2025 de 08/01/2025.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas com a execução do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo:

3.0101 – Fundo Municipal de Saúde

2031 – Manutenção das Ações da Fundo Municipal de Saúde

2059 - Manutenção do Programa Saúde da Família - SF

2092 - Manutenção das Ações da Atenção Primária em Saúde

2121 - Manutenção das Ações da Atenção Especializada em Saúde

33903000 – Material de Consumo

44905200 - Equipamento e Material Permanente

15001002-16210000-16003110-1600313016590000 – Fonte

12. DO PAGAMENTO, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS E REAJUSTE

12.1. O pagamento da prestação do serviço será efetuado até 90 (noventa) dias após da emissão e aceite da nota fiscal, acompanhadas das requisições e/ou autorização de fornecimento, devendo estar tudo em conformidade com as mesmas.

12.2. Fica estabelecido que o pagamento será feito após conferência da prestação do serviço e devidamente validada e aceita pela administração municipal;

12.3. A recomposição de preços somente será concedida após a comprovação de aumento de preços de insumos que causem impacto no serviço ofertado, através de notas fiscais de compra, novas planilhas de custos, sendo recomendável estar acompanhados de outros documentos comprobatórios como artigos de jornais, revistas e informativos credenciados, etc.; dentre outros, desde que devidamente justificados pelo licitante, com base na variação dos impostos que incidam diretamente nos preços dos referidos serviços; por índices a combinar. O licitante ganhador DEVERÁ encaminhar a solicitação de recomposição de preços no e-mail do Departamento, que é quem decidirá pela concessão juntamente com a assessoria jurídica, conforme cada caso;

12.4. O reajuste dos preços inicialmente contratados é fixo e irrevogável.

12.5. O pagamento poderá ser retido mediante o cumprimento irregular das exigências do edital, principalmente aquelas relativas às especificações e qualidade do material;

12.6. Caso sejam constatados quaisquer problemas com a emissão da nota fiscal a mesma deverá ser substituída e o prazo passará a contar da data de sua reapresentação;

12.7. A empresa contratada, para garantir o recebimento dos pagamentos, fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS e FGTS e com a Fazenda Municipal, Federal e Estadual da sede do licitante, sempre que solicitadas;

12.8. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as penalidades cabíveis;

12.9. As notas fiscais que forem entregues sem a comprovação do fornecimento, serão recusadas e não pagas

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Um novo tempo, uma nova história

13.1. Os setores competentes para autorizar e fiscalizar o cumprimento do objeto desta licitação, serão responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a forma da prestação de serviço, verificando a qualidade dos mesmos, dentre outras atribuições inerentes a Administração Pública Municipal; devendo reportar por escrito de quaisquer irregularidades ao Setor Jurídico da Prefeitura para que possam tomar providências para sanar os problemas decorridos;

13.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor responsável da prefeitura deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção de medidas convenientes;

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de matéria prima inadequada ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implicará em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei N° 14.133/2021.

13.4. A secretaria fiscalizadora responsável pelo recebimento e conferência dos serviços prestados anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das obrigações assumidas, conforme exigências deste instrumento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5. Os setores responsáveis poderão sustar quaisquer serviços que, pela má qualidade ou qualquer outra situação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do edital, e de tudo dará ciência à Administração que esteja sendo entregue em desacordo com os padrões de qualidade, sempre que esta medida se tornar necessária;

13.6. A Administração Municipal reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ordem de serviço nos termos da legislação vigente.

14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas, o contrato ficará em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas:

14.2.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.2.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data do vencimento do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data do vencimento, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.2.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.3.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133 de 2021).

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

15.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

15.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.1.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.1.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas do subitem acima deste Contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3. MULTA:

15.3.1. Moratória de 0,5. % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento)

15.3.2. Moratória de 0,5. % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

15.3.3. O atraso superior a 60 dias, além do prazo de execução autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.3.4. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.3.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.3.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS (ART. 156, §1º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021):

- 16.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.2. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.3. As peculiaridades do caso concreto;
- 16.4. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.5. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 16.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada pelo igual período, tendo sua eficácia a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.
- 17.2. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.
- 17.3. O remanejamento de que trata o item anterior somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.
- 17.4. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos § 3º do art. 22 do Decreto nº 7.492, de 11 de Abril de 2013.
- 17.5. A gestão da ARP caberá à Prefeitura de Vereda.
- 17.6. Compete ao Órgão Participante e não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, para registro no SICAF.
- 17.7. Caberá ao Gerenciador da Ata e aos demais Órgãos Participantes realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
- 17.8. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo Órgão Participante, desde que haja prévia anuência do Órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. O prazo para a licitante vencedora assinar o Contrato é de 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2. Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a licitante vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação independentemente de sujeitar-se às penalidades do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e autorizará a Contratante a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo esta declarada vencedora.

18.3. Quando a administração fizer a opção de celebrar contrato, a vigência deste instrumento contratual ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários.

19. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

19.1. O critério de aceitação e julgamento da proposta será feito pelo MENOR PREÇO em lote.

20. VALORES ESTIMATIVOS

20.1. O valor total estimativo anual para este pregão será de R\$ 2.421.435,13 (dois milhões. quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais, treze centavos)

21. DA PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

21.1. A planilha estimativa de custos anexa a este termo de Referência foi elaborada com base no preço das cotações extraídas através do sistema BLL compras e cotação do plano de trabalho.

22. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

22.1. Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde/Ba

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A Prestação se dará mediante processo licitatório/pregão em consonância com o artigo 4º da Lei Federal Nº 14. 133/2021

23.2. O preço proposto deverá contemplar todas as despesas que o compõem, tais como de embalagem, frete e seguro para entrega do bem no local indicado, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc...)

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PRPE FMS 006-2025

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20XX, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDA/BA

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

1. ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2. VALIDADE DA PROPOSTA: XX (XXX) DIAS.

3. PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4. QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PRPE FMS 006-2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20XXX.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PRPE FMS 006-2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA
QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ
_____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX ENQUADRA-SE COMO

ME ()
EPP ()

_____ EM, ____ DE _____ DE 20XX.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



Município de Vereda | Estado da Bahia

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PRPE FMS 006-2025

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE
SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA
DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO
NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO
ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE
DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ
().

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

Um novo tempo, uma nova história

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PRPE FMS 006-2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDA
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE VEREDA/BA OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 20XXX.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PRPE FMS 006-2025

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº
14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE
CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO VEREDA/BA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 006-2025

....., DE DE 20XXX.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX

Aos do mês de do ano de....., nas dependências do Setor de Licitações, do Fundo Municipal de Saúde/Ba, situado na Rua Eujácio Simões, 32, centro, Vereda/Ba, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Vereda/Ba, CNPJ 12.508.926/0001-71, neste ato representado pela Srª. Joyce de Souza Fernandes, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, doravante designado GERENCIADOR DA ATA de Registro de Preços, e, de outro, a empresa CNPJ nº..... com sede na nº, bairro, cidade....., telefone, representada por, CPF nº, vencedora do pregão eletrônico de registro de preços, supra-referido, doravante denominada DETENTORA da ata de registro de preços, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº. PRPE FMS 006-2025, Processo Licitatório PRPE FMS 006-2025, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a Eventual e futuro aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vereda. Em Conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

- Para o lote 01, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;
- Para o lote 02, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;

As empresas DETENTORAS DA ATA dos lotes, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, e pelas condições do Edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Eventual e futuro aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vereda, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente, Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01					

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço unitário para o fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao reestabelecimento da relação inicialmente pactuada.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente compactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de

preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento de pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir a revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado.

Havendo comprovação do desequilíbrio, órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b.1) as propostas como os novos valores deverão constar de envelope lacrado, o ser entregue em data, local, e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b.2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de registro de preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a contar da publicação da ata, podendo ser prorrogada pelo igual período.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro de Preço será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. As secretarias deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará Autorização de Fornecimento que emitirá nota de empenho de despesa ou outro instrumento equivalente, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos documentos de solicitação de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. Administrar e produzir os atos de controle da Ata de registro de preços decorrente da presente licitação por meio órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. Acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. Sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega/execução dos materiais/serviços, indicar os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços forem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação ao detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete ao município:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Por meio de responsável formalmente designado, proceder à fiscalização da contratação, mediante o cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.2.4. Notificar o detentor da ata quanto a atrasos na entrega dos produtos, bem como oficial o órgão gerenciador da ata, quanto ao encaminhamento das notificações bem como respostas das mesmas por parte da empresa detentora da ata de registro de preços.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata.

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo município usuário da ata de registro de preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), por força do tratado no Art. 125 da Lei 14.133/2021 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo município consorciado usuário, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, em caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou igualdade de condições, caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A ata de registro de preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador nas seguintes hipóteses.

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as suas condições Ata de registro de preços que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este apresentar-se superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública.
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1. a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial, juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral do município facultada a este a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa,

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A ata de registro de preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelo município de Vereda.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O ente formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, juntamente com a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da ata de registro de preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.4.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada ordem de fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar.

7.4.2. O prazo de entrega/execução integral dos produtos é de acordo com o previsto no edital, a contar do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.4.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.4.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação.

7.6. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.7. Todas as despesas relativas aos impostos, taxas, contribuições, encargos, despesas com frete e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.3. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota fiscal, o município consorciado, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.4. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.5. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.6. A Administração efetuará retenção na fonte dos tributos sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. Para a presente ata não serão permitidos acréscimos e supressões.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços serão fornecidas apenas quando do momento da solicitação da aquisição dos itens, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções previstas no item 11.2. desta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.8. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.11. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 11.1 da presente Ata exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

Um novo tempo, uma nova história

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vereda para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

XXX, XX DE XXXXXXXX DE 20XXX.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO DO PREGÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº PRPE FMS
006-2025, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE VEREDA/BA E A
EMPRESA XXX

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua. Eujácio Simões. 32, Centro, Vereda/Ba, cadastrada no CNPJ sob nº. 12.508.926/0001-71, neste ato representado pela Srª Joyce de Souza Fernandes, brasileira, maior, atualmente exercendo a função de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e XXX, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº FMS 006-2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de material hospitalar, material odontológico e medicamentos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vereda, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição, bem como o Termo de Referência e a proposta do contratado.

Discriminação do objeto:

Item	Discriminação	Unid	Quant	Vlr Unit	Vlr Total
01					

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até xx de xxxx de 202x a partir de sua assinatura, prorrogável na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ XXXX (XXXX).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Do licitante vencedor:

4.1.1. O design e a arte dos materiais serão montados pela empresa contratada devendo ter seu aceite antes da confecção pelas Secretarias as quais serão destinados no prazo máximo de 05 dias

4.1.2. Para a realização dos serviço deverão ser entregues na localidade onde for determinada na Ordem de Fornecimento, pelo próprio CONTRATANTE

4.1.3. Entregar os produtos, objeto desta licitação, nas especificações contidas neste Termo de Referência, após aceite pelas secretarias que foi destinado o serviço, com prazo máximo para entrega de 02 (dois) dias, nos locais onde estiverem determinados na Ordem de Serviço;

- 4.1.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 4.1.5. Seguir fielmente as especificações do objeto constante no Termo de Referência;
- 4.1.6. Comunicar a Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega do produto da presente licitação;
- 4.1.7. Caso haja alguma eventualidade a CONTRATADA deverá comunicar obrigatoriamente a Fundo Municipal de Saúde, informando o ocorrido e prazo para a entrega do produto;
- 4.1.8. A empresa contratada não poderá subcontratar os serviços sob pena de rescisão contratual.
- 4.2. Da Contratante: (art. 92, X, XI e XIV)
- 4.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- 4.2.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 4.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 4.2.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.2.5. Efetuar o pagamento após a entrega do objeto, no prazo, no período até 90 (noventa) dias;
- 4.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 4.2.7. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 4.2.8. Verificar se os produtos estão de pleno acordo com as especificações definidas no presente Termo de Referência através do responsável pela secretaria;
- 4.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante das licitantes vencedoras;
- 4.2.10. Comunicar imediatamente a empresa vencedora qualquer irregularidade manifestada no fornecimento dos serviços;
- 4.2.11. Acompanhar a entrega do produto realizado pela empresa, verificando se estão sendo cumpridas todas as exigências deste edital;
- 4.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.2.13. Publicar o extrato do processo licitatório e contrato.

CLAUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A aplicação das penalidades cabíveis, desde que não haja justificativa por escrito, devidamente validada e aceita pela administração municipal, como notificação, multa, rescisão de contrato e declaração de inidoneidade, respeitada a ampla defesa.

CLAUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS BENS

A entrega dos produtos está estritamente vinculada as especificações transcritas no Termo de Referência e o local da entrega do produto será condicionada ao especificado na Ordem de Fornecimento.

CLAUSULA SÉTIMA - FISCAIS DE CONTRATO

Fica nomeado o Sr. Marcio Januario da Silva para atuar como Fiscal de Contrato conforme Portaria nº 002/2025 de 08/01/2025.

Fica nomeado a Srª. Joyce de Souza Fernandes para atuar como Gestor de Contrato conforme Portaria nº 005/2025 de 14/01/2025.

CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo:
3.0101 – Fundo Municipal de Saúde

2031 – Manutenção das Ações da Fundo Municipal de Saúde
2059 - Manutenção do Programa Saúde da Família - SF
2092 - Manutenção das Ações da Atenção Primária em Saúde
2121 - Manutenção das Ações da Atenção Especializada em Saúde
33903000 – Material de Consumo
44905200 - Equipamento e Material Permanente
15001002-16210000-16003110-1600313016590000 – Fonte

CLAUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS E REAJUSTE

O pagamento da prestação do serviço será efetuado após a 90 (noventa) dias após da emissão e aceite da nota fiscal, acompanhadas das requisições e/ou autorização de fornecimento, devendo estar tudo em conformidade com as mesmas.

Fica estabelecido que o pagamento será feito após conferência da prestação do serviço e devidamente validada e aceita pela administração municipal;

A recomposição de preços somente será concedida após a comprovação de aumento de preços de insumos que causem impacto no serviço ofertado, através de notas fiscais de compra, novas planilhas de custos, sendo recomendável estar acompanhados de outros documentos comprobatórios como artigos de jornais, revistas e informativos credenciados, etc.; dentre outros, desde que devidamente justificados pelo licitante, com base na variação dos impostos que incidam diretamente nos preços dos referidos serviços; por índices a combinar. O licitante ganhador DEVERÁ encaminhar a solicitação de recomposição de preços no e-mail do Departamento, que é quem decidirá pela concessão juntamente com a assessoria jurídica, conforme cada caso;

O reajuste dos preços inicialmente contratados é fixo e irrevogável.

O pagamento poderá ser retido mediante o cumprimento irregular das exigências do edital, principalmente aquelas relativas às especificações e qualidade do material;

Caso sejam constatados quaisquer problemas com a emissão da nota fiscal a mesma deverá ser substituída e o prazo passará a contar da data de sua reapresentação;

A empresa contratada, para garantir o recebimento dos pagamentos, fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS e FGTS e com a Fazenda Municipal, Federal e Estadual da sede do licitante, sempre que solicitadas;

A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as penalidades cabíveis;

As notas fiscais que forem entregues sem a comprovação do fornecimento, serão recusadas e não pagas

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Os setores competentes para autorizar e fiscalizar o cumprimento do objeto desta licitação, serão responsáveis diretos pela fiscalização do contrato, observando a forma da prestação de serviço, verificando a qualidade dos mesmos, dentre outras atribuições inerentes a Administração Pública Municipal; devendo reportar por escrito de quaisquer irregularidades ao Setor Jurídico da Prefeitura para que possam tomar providências para sanar os problemas decorridos;

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor responsável da prefeitura deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção de medidas convenientes;

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de matéria prima inadequada ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implicará em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei N°14.133/2021.

A secretaria fiscalizadora responsável pelo recebimento e conferência dos serviços prestados anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das obrigações assumidas, conforme exigências deste instrumento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Os setores responsáveis poderão sustar quaisquer serviços que, pela má qualidade ou qualquer outra situação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do edital, e de tudo dará ciência à Administração que esteja sendo entregue em desacordo com os padrões de qualidade, sempre que esta medida se tornar necessária;

A Administração Municipal reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ordem de serviço nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas, o contrato ficará em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas:

Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data do vencimento do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data do vencimento, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133 de 2021).

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas do subitem acima deste Contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

MULTA:

- Moratória de 0,5. % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento)

- Moratória de 0,5. % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 60 dias, além do prazo de execução autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS (ART. 156, §1º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021):

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para o Contratante;

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

O pagamento da prestação do serviço será efetuado após a 90 (noventa) dias após da emissão e aceite da nota fiscal, acompanhadas das requisições e/ou autorização de fornecimento, devendo estar tudo em conformidade com as mesmas.

Fica estabelecido que o pagamento será feito após conferência da prestação do serviço e devidamente validada e aceita pela administração municipal;

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitido a sub-emprego de parte ou total dos serviços, desde que previamente autorizado pela Administração.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – VEDAÇÕES.

É VEDADO À CONTRATADA:

- Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGESIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGESIMA PRIMEIRA – FORO.

É eleito o Foro da Comarca de Vereda para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Vereda/Ba, xx de xxxxxxx de 20xxx.

Município de Vereda – Prefeitura Municipal
Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contatado

Testemunhas:

Nome _____

CPF _____

Nome _____

CPF _____